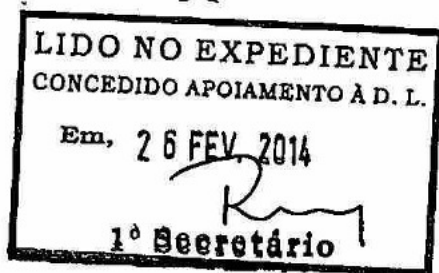




**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



**PROJETO DE LEI Nº 100 /2014**

Altera a Lei nº 13.351, de 5 de dezembro de 2001, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.351, de 5 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Social Tecendo Cidadania, com sede e foro no Município de Curitiba".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRE BUENO  
Membro

Deputado ANÍBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 100/2014**

**Projeto de Lei nº. 100/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 13.351, de 5 de dezembro de 2001, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 13.351/2001 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “CRECHE COMUNITÁRIA JARDIM ACRÓPOLE” PARA “ASSOCIAÇÃO SOCIAL TECENDO CIDADANIA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lel 13.351/2001. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Creche Comunitário Jardim Acrópole, com sede e foro no município de Curitiba.

O projeto pretende modificar a denominação da "Creche Comunitário Jardim Acrópole" para "Associação Social Tecendo Cidadania", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléa, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléa, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

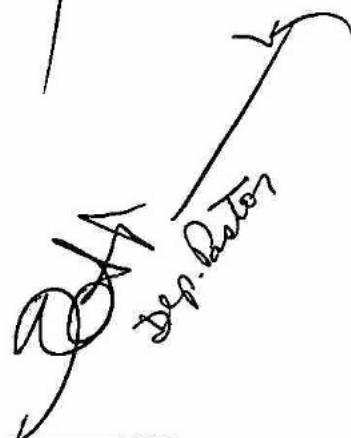
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

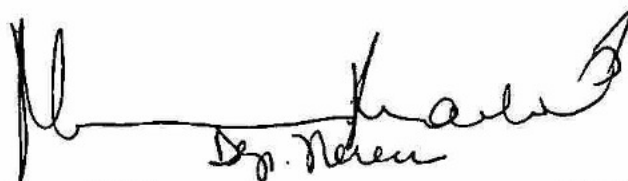
  
Dep. Carlos

  
Dep. Henrique


  
Dep. Turini

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu

**APROVADO**

25.03.14 



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria de Assistência ao Plenário*

Emenda de Plenário nº 01

DAP 07 ABR. 2014

Visto

DAP

Fls. 16

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 100/2014**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 100/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 13.351, de 5 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação Social tecendo Cidadania, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Social tecendo Cidadania, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 7 de abril de 2014.

Deputado Calto Quintana  
Presidente

Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

Deputado Tercílio Turini  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

Deputado Pedro Lupion  
Relator

Deputado Tadeu Veneri  
Membro

Deputado Andre Bueno  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 13.351, de 5 de dezembro de 2001, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

15:10 07/04/2014 001609 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 100/2014**

**Projeto de Lei nº 100/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 13.351, de 5 de dezembro de 2001, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Tercílio Turjini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 13.351, de 5 de dezembro de 2001.

Ocorre que, em data de 07 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
***Comissão de Constituição e Justiça***



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

  
Deputado Nelson Justus  
Presidente em exercício

  
Deputado Fernando Scanavacca  
Relator

  
Dep. Panavalli  
  
Dep. Laurion  
  
Dep. Turini  
  
Dep. Pastor  
**APROVADO**  
23/04/14



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 101/2014**

Altera a Lei nº 13.995, de 27 de janeiro de 2003, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.995, de 27 de janeiro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora de Lourdes, com sede e foro no Município de Tibagi”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



***Assembleia Legislativa do Estado do Paraná***  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 101/2014**

**Projeto de Lei nº. 101/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 13.995, de 27 de janeiro de 2003, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 13.995/2003 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES – LAR NAZARÉ” PARA “ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DE LOURDES” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 13.995/2003. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Nossa Senhora de Lourdes – Lar Nazaré, com sede e foro no Município de Tibagi.

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Nossa Senhora de Lourdes – Lar Nazaré" para "Associação Nossa Senhora de Lourdes", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

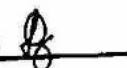
  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



**PROVADO**

25.03.14 



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria de Assistência ao Plenário*

Emenda de Plenário nº	01
07 ABR 2014	
DAP	
Visto	<i>Manoel</i>

## EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 101/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 101/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:



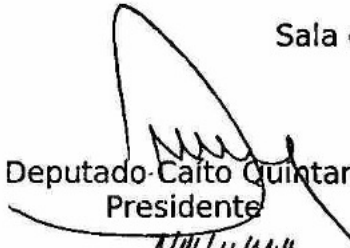
Art. 1º A Lei nº 13.995 de 27 de janeiro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

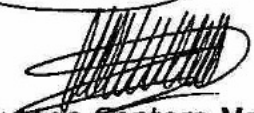
"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora de Lourdes, com sede e foro no Município de Tibagi.

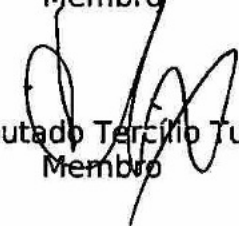
Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora de Lourdes, com sede e foro no Município de Tibagi.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

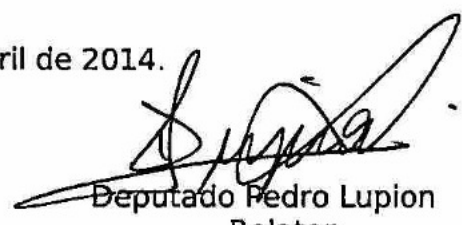
Sala das Sessões, em 7 de abril de 2014.

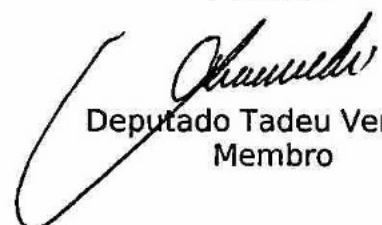
  
Deputado Caio Quintana  
Presidente

  
Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

  
Deputado Tércio Turini  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

  
Deputado Tadeu Veneri  
Membro

Deputado Andre Bueno  
Membro

### JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 13.995 de 27 de janeiro de 2003, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 101/2014**

**Projeto de Lei nº 101/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 13.995, de 27 de janeiro de 2003, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 13.995, de 27 de janeiro de 2003.

Ocorre que, em data de 07 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

  
Deputado Nelson Justus  
Presidente em exercício

  
Deputado Fernando Scanavacca  
Relator

  
Dep. Zuplante

  
Dep. Souza

  
Dep. Tunini

  
Dep. Sempion

  
Dep. Aní

  
Dep. Pastor

**APROVADO**

23/04/14



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**  
Em, 26 FEV. 2014  
  
**1º Secretário**

**PROJETO DE LEI Nº 102/2014**

Altera a Lei nº 10.806, de 24 de maio de 1994, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.806, de 24 de maio de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Recuperação de Vidas Morada de Deus, com sede e foro no Município de Curitiba".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAIO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



2





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 102/2014**

**Projeto de Lei nº. 102/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 10.806, de 24 de maio de 1994, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.806/1994 – ALTERAÇÃO DA SEDE E DO FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 10.806/1994. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Recuperação de Vidas Morada de Deus, com sede e foro no Município de Curitiba.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Curitiba", para "sede e foro no Município de Londrina".

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

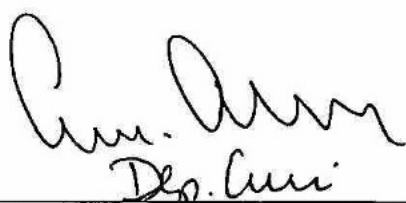
  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**

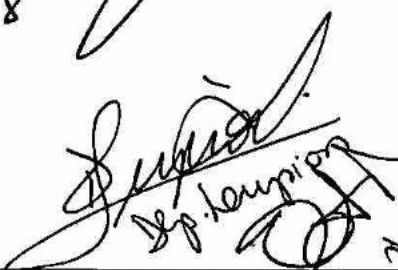
**RELATOR**

  
Dep. Carlos

  
Dep. Durini

  
Dep. Henrique

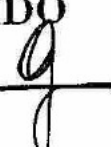
  
Dep. Luis

  
Dep. Kampier

  
Dep. Balon

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu

**APROVADO**  
25.03.14 



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 102/2014**

De acordo com o que determinam o artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 102/2014, passa a contar com a seguinte redação:

**Art. 1º** - O art. 1º da Lei nº 10.806, de 24 de maio de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Recuperação de Vidas Morada de Deus, com sede e foro no Município de Londrina.

**Art. 2º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

*Dep. Lúci*  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

*Dep. Carlos*  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

*Dep. Henrique*  
*Dep. Luciano*  
*Dep. Pastor*  
*Dep. Dyrini*

*Dep. Laurion*  
*Dep. Nereu*

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

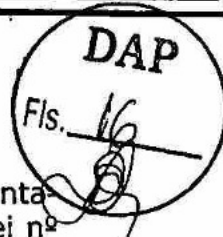
**APROVADO**  
25.03.14



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01  
DAP 07 ABR. 2014  
Viso *Alencar*

**SUBEMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 102/2014**



Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 102/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** A Lei nº 10.806, de 24 de maio de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Recuperação de Vidas Morada de Deus, com sede e foro no Município de Londrina.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Recuperação de Vidas Morada de Deus, com sede e foro no Município de Londrina.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 7 de abril de 2014.

*[Assinatura]*  
Deputado Caíto Quintana  
Presidente

*[Assinatura]*  
Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Tércio Turini  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Anibelli Neto  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

*[Assinatura]*  
Deputado Tadeu Veneri  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Andre Bueno  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 10.806, de 24 de maio de 1994, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 102/2014**

Projeto de Lei nº 102/2014

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

**Súmula:** Altera a Lei nº 10.806, de 24 de maio de 1994, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA:** EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 10.806, de 24 de maio de 1994.

Ocorre que, em data de 07 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

  
Deputado Nelson Justus  
Presidente

  
Deputado Fernando Sehnavaça  
Relator

  
Dep. Carlos

  
Dep. Turini

  
Dep. Romualdo

  
Dep. Leupirini

  
Dep. Curi

  
Dep. Pastor

**APROVADO**  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

23/04/14





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.  
Em, 26 FEV. 2014  
  
1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 103/2014**

Altera a Lei nº 9.505, de 28 de dezembro de 1990, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.505, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Solidariedade, com sede no Município de Campo Magro e foro no Município de Almirante Tamandaré”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAIO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCILIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRE BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de modificação da sede e do foro da entidade declarada de Utilidade Pública de acordo com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 103/2014**

**Projeto de Lei nº. 103/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 9.505, de 28 de dezembro de 1990, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.505/1990 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 9.505/1990. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a "Fundação Solidariedade", com sede e foro no município de Curitiba.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Curitiba" para "sede no Município de Campo Magro e foro no Município de Almirante Tamandaré"

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



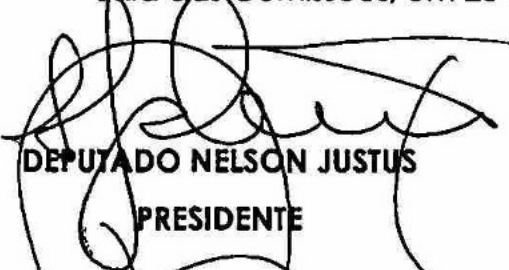
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
Dep. Carlos

  
Dep. Chini


  
Dep. Francisco

  
Dep. Fernando

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu

**APROVADO**  
25.03.14 



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria de Assistência ao Plenário*

Emenda de Plenário nº	01
DAP	08 ABR. 2014
Visto	Handwritten signature

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 103/2014**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 103/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:



**Art. 1º** A Lei nº 9.505, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Fundação Solidariedade, com sede no Município de Campo Magro e foro no Município de Almirante Tamandaré.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Fundação Solidariedade, com sede no Município de Campo Magro e foro no Município de Almirante Tamandaré.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 8 de abril de 2014.

Deputado Caíto Quintana  
Presidente

Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

Deputado Tércio Turini  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

Deputado Pedro Lupion  
Relator

Deputado Tadeu Veneri  
Membro

Deputado Andre Bueno  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 9.505, de 28 de dezembro de 1990, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 103/2014**

**Projeto de Lei nº 103/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 9.505, de 28 de dezembro de 1990, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caítô Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 9.505, de 28 de maio de 1990. <sup>2</sup>

Ocorre que, em data de 08 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I - ao iniciar a discussão, desde que apoladas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

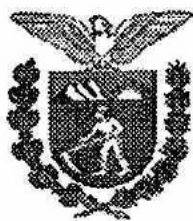
Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

  
Deputado Nelson Justus  
Presidente em exercício

  
Deputado Fernando Scanavacca  
Relator

  
Dep. Carlos

  
Dep. Romualdo

  
Dep. Tarcísio

  
Dep. Leuphion

  
Dep. Lúcio

  
Dep. Pastor

**APROVADO**

22/04/14



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 204/2014**

Altera a Lei nº 16.611, de 22 de novembro de 2010, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 16.611, de 22 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social, Beneficente, Educacional e Maternal de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Traça-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de retificação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública de acordo com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 104/2014**

**Projeto de Lei nº. 104/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 16.611, de 22 de novembro de 2010, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: ERRO NA GRAFIA DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.611/2010 – CORREÇÃO DA PALAVRA MATERIAL PARA MATERNAL – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo corrigir a grafia da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 16.611/2010. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social, Beneficente, Educacional e Maternal de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende corrigir a palavra "Material" para a palavra "Maternal".

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

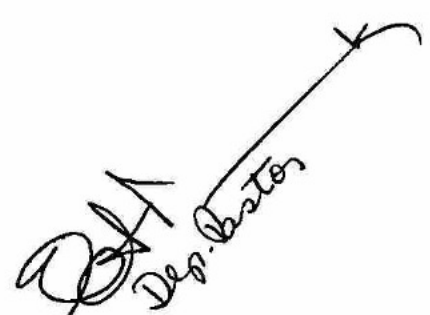
**PRESIDENTE**

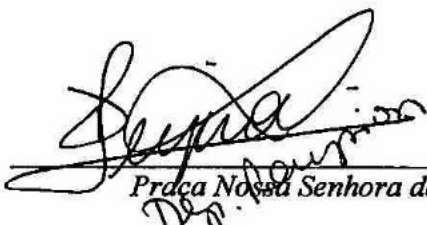
  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**

**RELATOR**

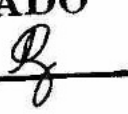
  
Dep. Carli

  
Dep. Durini


  
Dep. Pastor

  
Dep. Moura

  
Dep. Lúcio

**APROVADO**  
25.03/14 

Prça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Henrique

  
Dep. Nereu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Diretoria de Assistência ao Plenário

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
AO PROJETO DE LEI Nº 104/2014

Emenda de Plenário nº 01  
DAP 14 MAIO 2014  
Visto *Claudia*

Nos termos do art. 138 do Regimento Interno, apresenta-se a presente subemenda a fim de alterar o Projeto de Lei nº 104/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:



"Altera a Lei nº 16.611, de 22 de novembro de 2010, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 16.611, de 22 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ementa: Declara de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social, Beneficente, Educacional e Maternal de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social, Beneficente, Educacional e Maternal de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2014.

*[Assinatura]*  
Deputado Estadual  
Pedro Lupion

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente subemenda a fim de adequar o Projeto de Lei às normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, tendo em vista que a emenda apresentada acabou por repetir na íntegra o teor do Projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**PARECER À SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO**  
**PROJETO DE LEI Nº 104/2014**

**Projeto de Lei nº 104/2014**

**Subemenda Substitutiva Geral apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 16.611, de 22 de novembro de 2010, de concessão de Título de utilidade Pública.

**EMENTA:** SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a Lei nº 16.611, de 22 de novembro de 2010.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



Ocorre que, em data de 14 de maio de 2014, o ora projeto de lei recebeu Subemenda Substitutiva Geral de Plenário em segunda discussão. Por esta razão é que a referida Subemenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 141.** As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutivas aquela proposição apresentada como sucedânea de outra, ou seja, quando abrange o seu conjunto.

**Art. 137.** As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que a emenda ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.






Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Subemenda Substitutiva Geral de Plenário.

Sala das Comissões, 20 de Maio de 2014.

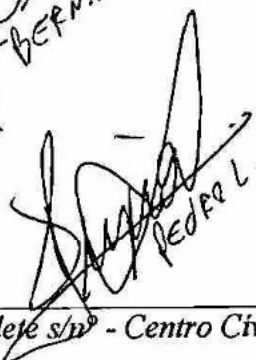
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

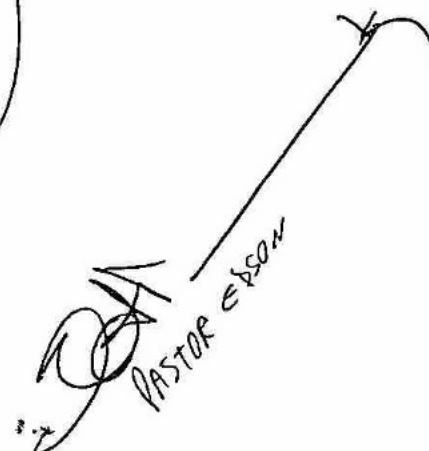
  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
PERICLES

  
TURINI

  
BERNARDO

  
PEDRO L.

  
PASTOR ELYSON

**APROVADO**

**24/05/2014**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 105/2014**

Altera a Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede e foro no Município de Maringá".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCILIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 105/2014**

**Projeto de Lei nº. 105/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 6.797, de 2 de junho de 1976, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 6.797/1976 - ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 6.797/1976. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DO SANTO NOME DE MARIA DE MARINGÁ, com sede na cidade de Maringá.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a "sede na cidade de Maringá" para "sede e foro no Município de Maringá".

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo Único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
Dep. Carlos

  
Dep. Tassinari

  
Dep. Moiano


  
Dep. Fernando P.

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu

**PROVADO**

25.03.14 





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01  
DAP 08 ABR. 2014  
Visto *Alencar*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 105/2014**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 105/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:



Art. 1º A Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:


"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 8 de abril de 2014.


Deputado Caíto Quintana  
Presidente

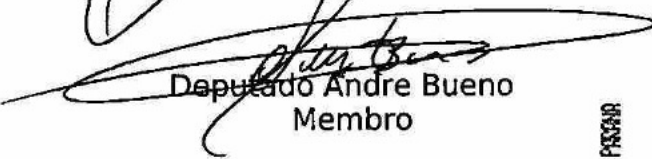
  
Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

  
Deputado Tercílio Turini  
Membro

  
Deputado Anibelli Neto  
Membro

  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

  
Deputado Tadeu Veneri  
Membro

  
Deputado Andre Bueno  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 105/2014**

**Projeto de Lei nº 105/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

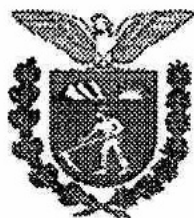
**Súmula:** Altera a Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976.

Ocorre que, em data de 08 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
***Comissão de Constituição e Justiça***



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

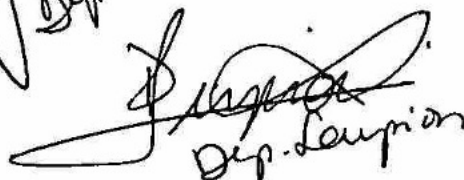
Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

  
Deputado Nelson Justus  
Presidente em exercício

  
Deputado Fernando Scanavacca  
Relator

  
Dep. Carlos

  
Dep. Truini

  
Dep. Leupion

  
Dep. Bonafante

  
Dep. Curi

  
Dep. Pastor  
**APROVADO**  
23/04/14



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.  
Em, 26 FEV. 2014  
1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 106/2014**

Altera a Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública o S.O.S. – Guarda Mirim de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CANTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRE BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 106/2014**

**Projeto de Lei nº. 106/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.140/1979 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS –S.O.S” PARA “S.O.S – GUARDA MINIM DE ARAPONGAS” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 7.140/1979. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS- S.O.S., com sede e foro na Cidade de Arapongas.

O projeto pretende modificar a denominação do "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS- S.O.S" para "S.O.S – Guarda Mirim de Arapongas", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

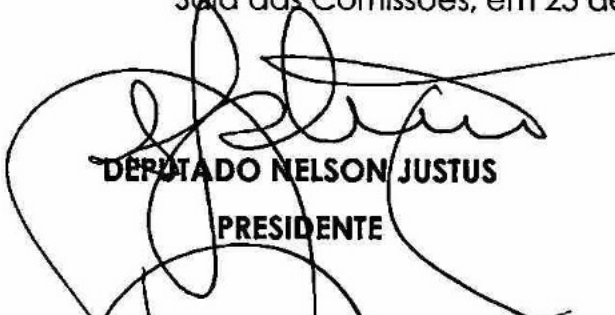


*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*


**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
Dep. Ari

  
Dep. Durini

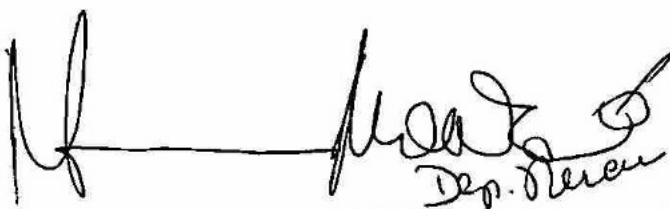
  
Dep. Carlos

  
Dep. Henrique

  
Dep. Luciano

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Derceu

**APROVADO**

**25.03.14**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria de Assistência ao Plenário*

Emenda de Plenário nº 01

08 ABR. 2014

DAP

Visto

DAP

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 106/2014**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 106/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública o S.O.S. – Guarda Mirim de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o S.O.S. – Guarda Mirim de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 8 de abril de 2014.

Deputado Caíto Quintana  
Presidente

Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

Deputado Tercílio Turini  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

Deputado Pedro Lupion  
Relator

Deputado Tadeu Veneri  
Membro

Deputado André Bueno  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 106/2014**

Projeto de Lei nº 106/2014

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

**Súmula:** Altera a Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979.

Ocorre que, em data de 08 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça





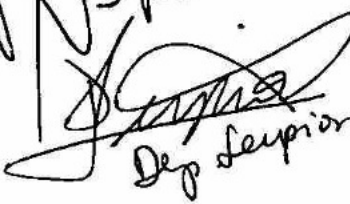
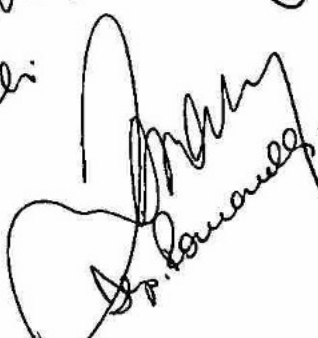
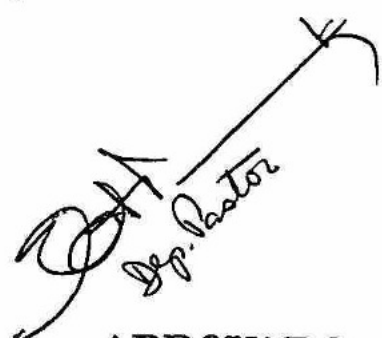

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

  
Deputado Nelson Justus  
Presidente em exercício

  
Deputado Fernando Scanavacca  
Relator

 Zimphani  
Dep. Zimphani  
 Dep. Tadini  
 Dep. Leupion  
 Dep. Lourenço  
 Dep. Pastor  


**APROVADO**

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. ...

23/04/14



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV, 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 107/2014**

Altera a Lei nº 7.243, de 24 de outubro de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.243, de 24 de outubro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Santa Rita - CEDUS, com sede e foro no Município de Campo Mourão".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CANTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 107/2014**

**Projeto de Lei nº. 107/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 7.243, de 24 de outubro de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, DA SEDE E DO FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.243/1979 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “CRECHE SANTA RITA DE CÁSSIA, DE CAMPO MOURÃO, COM SEDE NA CIDADE DO MESMO NOME” PARA “O CENTRO DE EDUCAÇÃO SANTA RITA – CEDUS, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 7.243/1979. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Creche Santa Rita de Cássia, de Campo Mourão, com sede na Cidade do mesmo nome

O projeto pretende modificar a denominação da "Creche Santa Rita de Cássia, de Campo Mourão, com sede na Cidade do mesmo nome" para "Centro de Educação Santa Rita – CEDUS, com sede e foro no Município de Campo Mourão", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos  
previstos nesta Constituição.

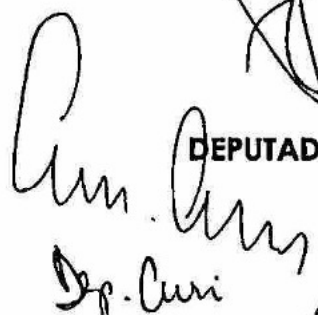
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela  
**APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os  
requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
Dep. Curi

  
Dep. Cordeiro

  
Dep. Hermes


  
Dep. Traiano

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nelson

**APROVADO**

25.03.14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda do Plenário nº 01  
DAP 08 ABR. 2014  
Visto *Handwritten signature*

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 107/2014 DAP

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 107/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 7.243, de 24 de outubro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Santa Rita - CEDUS, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Santa Rita - CEDUS, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 8 de abril de 2014.

Deputado Caíto Quintana  
Presidente

Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

Deputado Tercílio Turini  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

Deputado Pedro Lupion  
Relator

Deputado Tadeu Veneri  
Membro

Deputado Andre Bueno  
Membro

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 7.243, de 24 de outubro de 1979, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 107/2014**

**Projeto de Lei nº 107/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 7.243, de 24 de outubro de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 7.243, de 24 de outubro de 1979.

Ocorre que, em data de 08 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

Deputado Nelson Lustus  
Presidente em exercício

Deputado Fernando Scanavacca  
Relator

Dep. Carlos Zimph

Dep. Romualdo

Dep. Ruyton

Dep. Curicuri

Dep. Turini

Dep. Pastor

**APROVADO**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 408 /2014

Altera a Lei nº 16.144, de 6 de julho de 2009, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 16.144, de 6 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Ação Social Koinonia, com sede e foro no Município de Piraquara".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 108/2014**

**Projeto de Lei nº. 108/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 16.144, de 6 de julho de 2009, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.144/2009 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL EVANGÉLICA KOYNONINA - AAEK” PARA “ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL KOINONIA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 16.144/2009. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação Assistencial Evangélica Koynonina - AA EK

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação Assistencial Evangélica Koynonina - AA EK" para "Associação Ação Social Koinonia", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

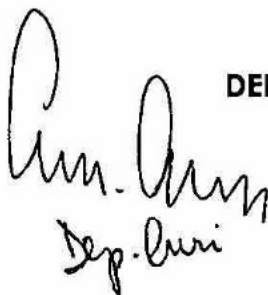
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

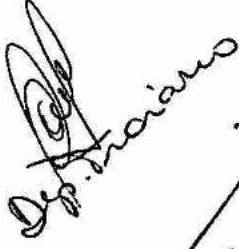
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
Dep. Luri

  
Dep. Corbi

  
Dep. Henrique

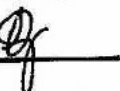
  
Dep. Moiano

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nelson

**APROVADO**

25.03.14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01  
DAP 09 ABR 2014  
Visto *Alaudie*

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 108/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresento-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 108/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:




Art. 1º A Lei nº 16.144, de 6 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

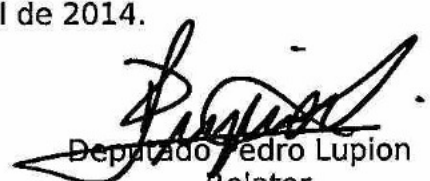
“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação Ação Social Koinonia, com sede e foro no Município de Piraquara.

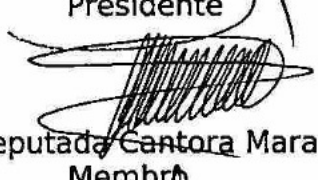
Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Ação Social Koinonia, com sede e foro no Município de Piraquara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 9 de abril de 2014.

  
Deputado Caíto Quintana  
Presidente

  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

  
Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

Deputado Tadeu Veneri  
Membro

  
Deputado Tércio Turini  
Membro

  
Deputado André Bueno  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 16.144, de 6 de julho de 2009, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 108/2014**

**Projeto de Lei nº 108/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 16.144, de 6 de julho de 2009, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a Lei nº 16.144 de 06 de julho de 2009.

Ocorre que, em data de 09 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

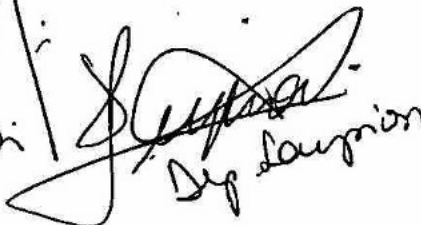
Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

  
Deputado Nelson Justus  
Presidente em exercício

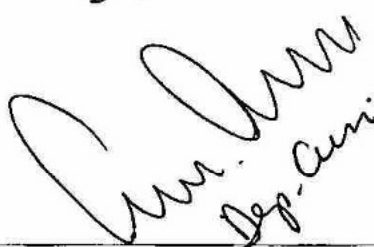
  
Deputado Fernando Scanavacca  
Relator

  
Dep. Carlos

  
Dep. Romanelli

  
Dep. Laurion

  
Dep. Lucini

  
Dep. Curi

  
Dep. Pastor

APROVADO

23/04/14



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 109 /2014**

Altera a Lei nº 15.649, de 2 de outubro de 2007, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 15.649, de 2 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Centro Para o Resgate a Vida Esperança - CEPES, com sede e foro no Município de Apucarana".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

I  
Tratá-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de modificação do foro da entidade declarada de Utilidade Pública de acordo com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 109/2014**

**Projeto de Lei nº. 109/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 15.649, de 02 de outubro de 2007, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E DO FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 15.649/2007 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 15.649/2007. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Centro para o Resgate a Vida Esperança – CEPES, com sede no Município de Apucarana e foro no Município de Araçongas.

O projeto pretende modificar a "sede no Município de Apucarana e foro no Município de Araçongas" para "sede e foro no Município de Apucarana", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



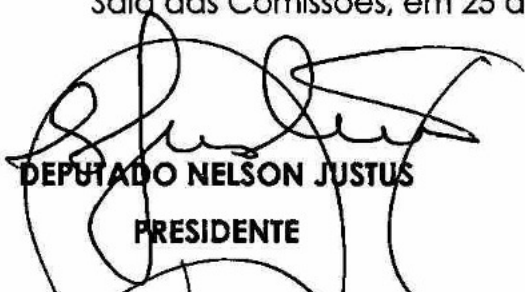
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



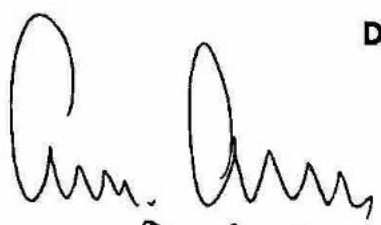
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela  
**APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os  
requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**


  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
Dep. Curi

  
Dep. Traiano

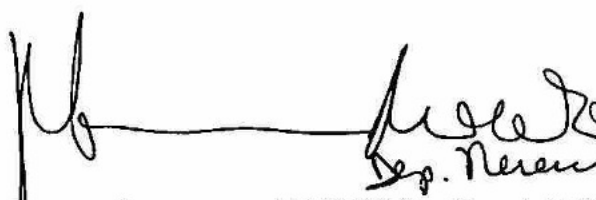
  
Dep. Trucini

  
Dep. Carlos

  
Dep. Hernando

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu

**APROVADO**  
**25.03.14**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº	01
DAP	09 ABR 2014
Visto	Claudio

## EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 109/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 109/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 15.649, de 2 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública o Centro Para o Resgate a Vida Esperança - CEPES, com sede e foro no Município de Apucarana.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Centro Para o Resgate a Vida Esperança - CEPES, com sede e foro no Município de Apucarana.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 9 de abril de 2014.

Deputado Caio Quintana  
Presidente

Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

Deputado Tercílio Turini  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

Deputado Pedro Lupion  
Relator

Deputado Tadeu Veneri  
Membro

Deputado André Bueno  
Membro

### JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 15.649, de 2 de outubro de 2007, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 109/2014**

**Projeto de Lei nº 109/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 15.649, de 02 de outubro de 2007, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a Lei nº 15.649 de 02 de outubro de 2007.

Ocorre que, em data de 09 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**


Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

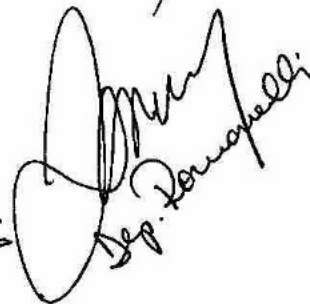
Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

  
Deputado Nelson Justus  
Presidente em exercício

  
Deputado Fernando Scanavacca  
Relator

  
Dep. Carlos

  
Dep. Leupion

  
Dep. Taniguchi

  
Dep. Curi

  
Dep. Turini

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná  
**APROVADO**  
20/04/14





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.  
Em, 26 FEV. 2014  
1º Secretário.

**PROJETO DE LEI Nº 110 /2014**

Altera a Lei nº 9.614, de 5 de junho de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.614, de 5 de junho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Benéficos do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 110/2014**

**Projeto de Lei nº. 110/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 9.614, de 5 de junho de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E DO FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.614/1991 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “FEDERAÇÃO DAS MISERICÓRDIAS E HOSPITAIS FILANTRÓPICAS DO ESTADO DO PARANÁ – FEMIPA, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL” PARA “DEFEDERAÇÃO DAS SNATAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS BENEFICIENTES DO ETSADO DO PARANÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 9.614/1991. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Federação das Misericórdias e Hospitais Filantrópicas do Estado do Paraná – FEMIPA, com sede e foro nesta capital.

O projeto pretende modificar a denominação "Federação das Misericórdias e Hospitais Filantrópicas do Estado do Paraná – FEMIPA, com sede e foro nesta capital" para "Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais beneficentes do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos  
previstos nesta Constituição.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela  
**APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os  
requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

*Am. Am*  
Dep. Curi

*[Assinatura]*  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

*[Assinatura]*  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

*[Assinatura]*  
Dep. Corli

*[Assinatura]*  
Dep. Truini

*[Assinatura]*  
Dep. Troiano

*[Assinatura]*  
Dep. Pastor

*[Assinatura]*  
Dep. Hermon

*[Assinatura]*  
Dep. Neri

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

25.03.14 *[Assinatura]*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria de Assistência ao Plenário*

Emenda de Plenário nº	01
DAP	09 ABR 2014
Visto	<i>Claudio</i>

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 110/2014**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresento a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 110/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:



Art. 1º A Lei nº 9.614, de 5 de junho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Benéficos do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Benéficos do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 9 de abril de 2014.

*[Assinatura]*  
Deputado Caio Quintana  
Presidente

*[Assinatura]*  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

*[Assinatura]*  
Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

Deputado Tadeu Veneri  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Tércio Turini  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado André Bueno  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Anibelli Neto  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 9.614, de 5 de junho de 1991, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 110/2014**

Projeto de Lei nº 110/2014

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

**Súmula:** Altera a Lei nº 9.614, de 5 de junho de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA:** EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veçeri, Anibelli Neto, André Bueno Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a Lei nº 9.614, de 5 de junho de 1991.

Ocorre que, em data de 09 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça




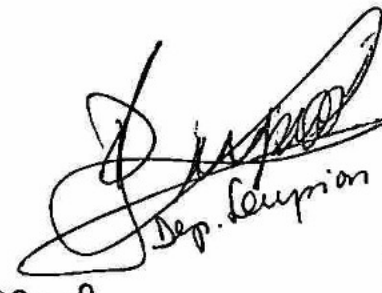



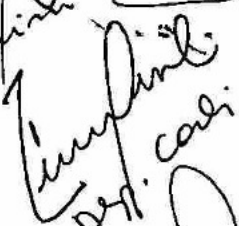
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

  
*Pl. Bourson*  
Deputado Nelson Justus  
Presidente em exercício

  
Deputado Fernando Scanavacca  
Relator

 Dep. Turiani  
 Dep. Leupion  
 Dep. Romualdo  
 Dep. Curi  
 Dep. Pastor  
 Dep. Carlos

**APROVADO**

22104/14



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 111/2014**

Altera a Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Amigos, Deficientes Auditivos e Surdos, com sede e foro no Município de Toledo".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



## **JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 111/2014**

**Projeto de Lei nº. 111/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E DO FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.797/1991 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES FÍSICOS – A.P.A.D.A” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS, DEFICIENTES AUDITIVOS E SURDOS” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 9.797/1991. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de deficientes Físicos – A.P.A.D.A, com sede e foro na cidade de Toledo – Paraná.

O projeto pretende modificar a denominação "Associação de Pais e Amigos de Deficientes Físicos – A.P.A.D.A" para "Associação de Pais, Amigos, Deficientes Auditivos e Surdos, com sede e foro no Município de Toledo", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

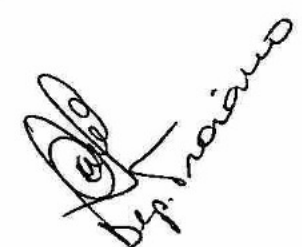
Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

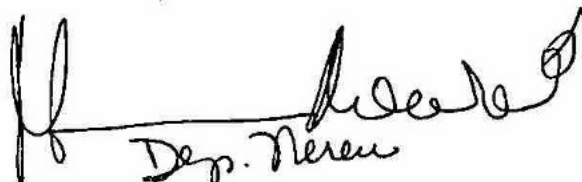
  
Dep. Carlos

  
Dep. Turiani


  
Dep. Moiano

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu

**APROVADO**

25.03.14 



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda do Plenário nº	01
DAP	09 ABR. 2014
Visão	<i>Ilanaide</i>

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 111/2014**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 111/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:



Art. 1º A Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Amigos, Deficientes Auditivos e Surdos, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Amigos, Deficientes Auditivos e Surdos, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 9 de abril de 2014.

*[Assinatura]*  
Deputado Caio Quintana  
Presidente

*[Assinatura]*  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

*[Assinatura]*  
Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

Deputado Tadeu Veneri  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Tercilio Turini  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado André Bueno  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 111/2014**

**Projeto de Lei nº 111/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a Lei nº 9.797 de 12 de novembro de 1991.

Ocorre que, em data de 09 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



## CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2014.

Deputado Nelson Justus  
Presidente em exercício

Deputado Fernando Scanavacca  
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

## APROVADO

23104104 \$



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 112/2014**

Altera a Lei nº 3.195, de 17 de julho de 1957, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.195, de 17 de julho de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Educação Familiar e Social do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CARLO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado VADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRE BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 112/2014**

**Projeto de Lei nº. 112/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 3.195, de 17 de julho de 1957, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 3.195/1957 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FAMILIAR E SOCIAL, DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DO PARANÁ, COM SEDE NESTA CAPITAL” PARA “ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FAMILIAR E SOCIAL DO PARANÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 3.195/1957. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Educação Familiar e Social, da Escola de Serviço Social do Paraná, com sede nesta Capital.

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação Familiar e Social, da Escola de Serviço Social do Paraná, com sede nesta Capital" para "Associação de Educação Familiar e Social do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



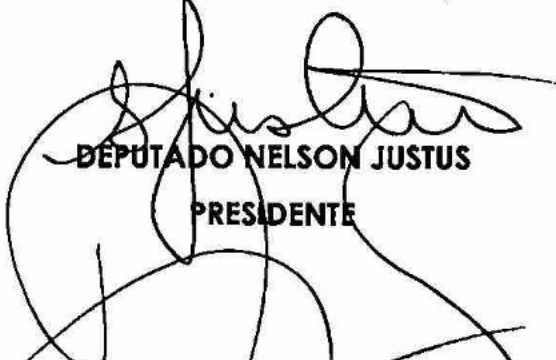
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

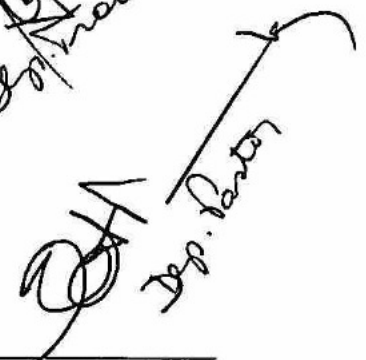
  
Dep. Aníbal

  
Dep. Carlos

  
Dep. Henrique

  
Dep. Trunini

  
Dep. Traiano

  
Dep. Renter

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu

**PROVADO**  
25.03.14 





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 02

DAP 14 ABR. 2014

Visto *Maudis*

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 112/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 112/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:



Art. 1º A Lei nº 3.195, de 17 de julho de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Educação Familiar e Social do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Educação Familiar e Social do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 14 de abril de 2014.

*[Assinatura]*  
Deputado Caíto Quintana  
Presidente

*[Assinatura]*  
Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Tercilio Turini  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

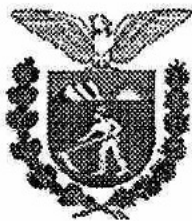
*[Assinatura]*  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

*[Assinatura]*  
Deputado Tadeu Veneri  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Andre Bueno  
Membro

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 3.195, de 17 de julho de 1957, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 112/2014**

**Projeto de Lei nº 112/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 3.195, de 17 de julho de 1957, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a Lei nº 3.195 de 17 de julho de 1957.

Ocorre que, em data de 14 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2014.

  
DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

PRESIDENTE *em exercício*

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

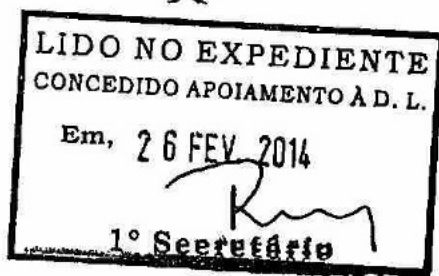
  
  
  
  
  
  
  


APROVADO

29/04/14



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



**PROJETO DE LEI Nº 113 /2014**

Altera a Lei nº 5.466, de 3 de janeiro de 1967, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 5.466, de 3 de janeiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Lar Betânia de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCILIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 113/2014**

**Projeto de Lei nº. 113/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 5.466, de 9 de janeiro de 1967, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 5.466/1967 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “LAR BETÂNIA, COM SEDE NA CIDADE DE MARINGÁ” PARA “LAR BETÂNIA DE MARINGÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 5.466/1967. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Lar Betânia, com sede na cidade de Maringá.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a denominação do "Lar Betânia, com sede na cidade de Maringá" para "Lar Betânia de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléa, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléa, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléa Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

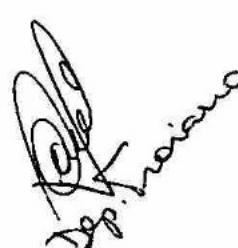
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

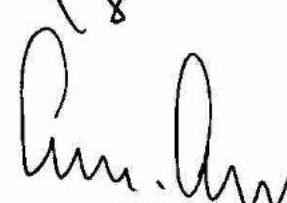
  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
**Dep. Paulo**

  
**Dep. Traci**

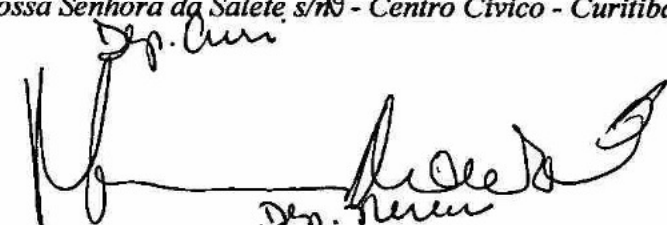
  
**Dep. Henrique**

  
**Dep. Moiano**

  
**Dep. Luis**

  
**Dep. Pastor**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
**Dep. Nereu**

**APROVADO**

**25.03.14**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria de Assistência ao Plenário*

Emenda de Plenário nº	01
DAP	14 ABR 2014
Visto	Paraná Claudio



## EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 113/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 113/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 5.466, de 3 de janeiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:


"Ementa: Declara de Utilidade Pública o Lar Betânia de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá.


Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Lar Betânia de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

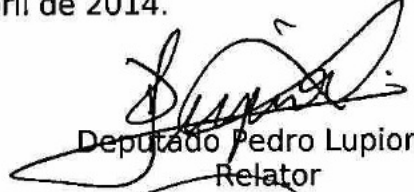
Sala das Sessões, 14 em de abril de 2014.

  
Deputado Caio Quintana  
Presidente


  
Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

  
Deputado Tércio Turini  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

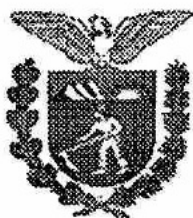
  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

  
Deputado Tadeu Veneri  
Membro

  
Deputado Andre Bueno  
Membro

### JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 5.466, de 3 de janeiro de 1967, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 113/2014**

**Projeto de Lei nº 113/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 5.466, de 3 de janeiro de 1967, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a Lei nº 5.466 de 3 de janeiro de 1967.

Ocorre que, em data de 14 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2014.

  
DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

PRESIDENTE *em exercício*

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

  
  
  
  
  
  
  
  
APROVADO

29/04/14



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 114 /2014**

Altera a Lei nº 15.260, de 11 de setembro de 2006, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 15.260, de 11 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Resgate – Casa de Recuperação, com sede e foro no Município de Goioerê".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 114/2014**

**Projeto de Lei nº. 114/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 15.260, de 11 de setembro de 2006, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 15.260/2006 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ENTIDADE RESGATE CASA DE RECUPERAÇÃO PARA HOMENS” PARA “RESGATE – CASA DE RECUPERAÇÃO” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 15.260/2006. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a entidade Resgate Casa de Recuperação para Homens, com sede e foro no Município de Goioerê.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a denominação da "entidade Resgate Casa de Recuperação para Homens" para "Resgate - Casa de Recuperação", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



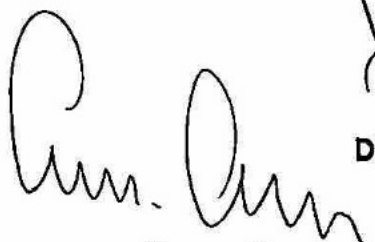
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

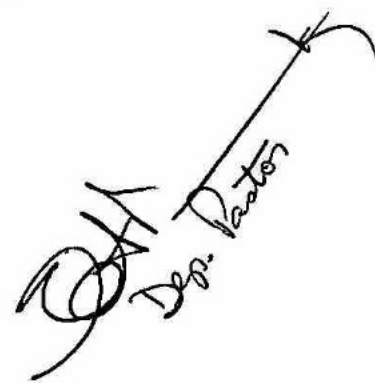
  
Dep. Curi

  
Dep. Corbi

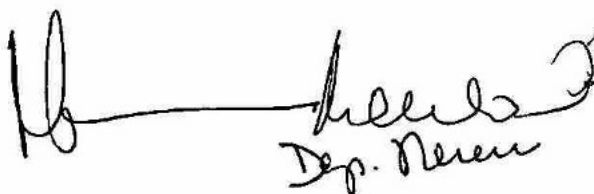
  
Dep. Turini

  
Dep. Troiano

  
Dep. Humberto

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu

**APROVADO**

25.03.14



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria de Assistência ao Plenário*

Emenda de Plenário nº	01
DAP	14 ABR 2014
Viso	<i>Cláudio</i>

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 114/2014**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 114/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:



Art. 1º A Lei nº 15.260, de 11 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Resgate - Casa de Recuperação, com sede e foro no Município de Goioerê.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Resgate - Casa de Recuperação, com sede e foro no Município de Goioerê.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 14 de abril de 2014.

*[Assinatura]*  
Deputado Caio Quintana  
Presidente

*[Assinatura]*  
Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Tércio Turini  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Anibelli Neto  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

*[Assinatura]*  
Deputado Tadeu Veneri  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Andre Bueno  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 15.260, de 11 de setembro de 2006, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 114/2014**

**Projeto de Lei nº 114/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 15.260, de 11 de setembro de 2006, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a Lei nº 15.260 de 11 de setembro de 2006.

Ocorre que, em data de 14 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

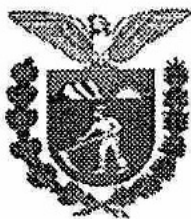
**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2014.

  
DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK  
PRESIDENTE *em exercício*

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

  
Dep. Carli

  
Dep. Curi

  
Dep. Fumini

  
Dep. Traiano

  
Dep. Raul

  
Dep. Henrique

  
Dep. Tadeu

**APROVADO**

29.04.14

Praca Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.  
Em, 14 OUT 2013  
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 512 /2013

Altera a Lei n.º 4.897/1964, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Meninos Dr. Leocádio José Correia, com sede em Curitiba.

Art. 1º O art. 1º, da Lei n.º 4.897, de 7 de agosto de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de utilidade pública o Lar Escola Dr. Leocádio José Correia.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2013.

Deputado CAITO QUINTANA  
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION  
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA  
MEMBRO

Deputado TADEU VENERI  
MEMBRO

Deputado TERCILIO TURINI  
MEMBRO

Deputada ANDRE BUENO  
MEMBRO

Deputado ANIBELLI NETO  
MEMBRO

DEPUTADO JONAS GUIMARAES  
SUPLENTE





**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de Lei é proposto com o fim de adequar o nome da instituição declarada de utilidade pública, diante da modificação em seu Estatuto Social com a alteração do nome de Lar dos Meninos Dr. Leocádio José Correia para Lar Escola Dr. Leocádio José Correia.

Cumprе ressaltar que a Comissão Especial constituída através do Ato do Presidente nº 13/2013, para averiguar e relacionar o número de associações declaradas de Utilidade Pública no Estado do Paraná, procedeu à análise de aproximadamente seis mil leis existentes sobre o tema, vislumbrando, com isso, a falta de critérios para averiguação dos processos, gerando falta de sistematização e de norma legal mais clara.

Assim, diversas entidades foram chamadas a regularizar sua situação, as quais vêm atualizando seus cadastros junto à esta Assembleia, demonstrando a necessidade de alteração em algumas Leis.

Portanto, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2013.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 512/2013**

**Projeto de Lei nº. 512/2013**

**Autores: Deputado Caio Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 4.897/1964, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Meninos Dr. Leocádio José Correia, com sede em Curitiba.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DE ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 4.897/1964 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “LAR DOS MENINOS DR. LEOCÁDIO JOSÉ CORREIA” PARA “LAR ESCOLA DR. LEOCÁDIO JOSÉ CORREIA”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caio Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 4.897/1964. Súmula:** Declara de utilidade pública o Lar dos Meninos “Dr. Leocádio José Correia”, com sede em Curitiba.

O projeto pretende modificar a denominação da entidade “Lar dos Meninos Dr. Leocádio José Correia” para “Lar Escola Dr. Leocádio José Correia”.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa, ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, serão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.





Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**

**RELATOR**

---

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*

**APROVADO**  
**11.12.13**  




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 512/2013**

**Projeto de Lei nº. 512/2013**

**Autores: Deputado Caio Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 4.897/1964, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Meninos Dr. Leocádio José Correia, com sede em Curitiba.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 4.897/1964 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “LAR DOS MENINOS DR. LEOCÁDIO JOSÉ CORREIA, COM SEDE EM CURITIBA” PARA “LAR ESCOLA DR. LEOCÁDIO JOSÉ CORREIA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caio Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, tem por objetivo alterar a denominação e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 4.897/1964. Súmula:** Declara de utilidade pública o Lar dos Meninos “Dr. Leocádio José Correia”, com sede em Curitiba.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a denominação da entidade "Lar dos Meninos Dr. Leocádio José Correia, com sede em Curitiba" para "Lar Escola Dr. Leocádio José Correia, com sede e foro no Município de Curitiba".

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer**  
**membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais**



e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de março de 2014.


  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**

**RELATOR**

  
Dep. Pariclos

  
Dep. Tumi

  
Dep. Laurion

  
Dep. Ami

  
Dep. Caroli



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 512/2013**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 512/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

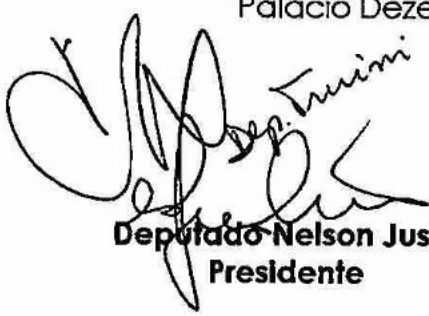
**Art. 1º** A Lei nº 4.897, de 7 de agosto de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública o Lar Escola Dr. Leocádio José Correia, com sede e foro no Município de Curitiba".

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Lar Escola Dr. Leocádio José Correia, com sede e foro no Município de Curitiba".

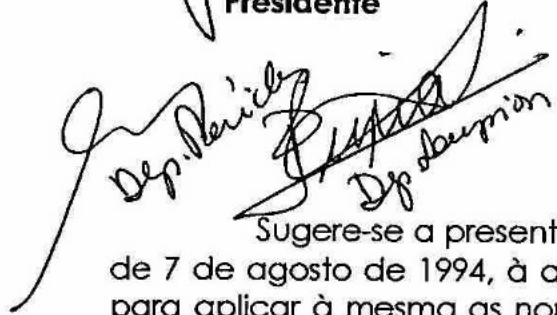

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."


Palácio Dezenove de Dezembro, em 08 de Abril de 2014.

  
**Deputado Nelson Justus**  
**Presidente**

  
**Deputado Fernando Scanavacca**  
**Relator**

**JUSTIFICATIVA**

  
  
Sugere-se a presente a fim de adequar a ementa da Lei nº 4.897 de 7 de agosto de 1994, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná